

PELEGOS, PUROS E MODERNIZADORES: REFLEXÕES ACERCA DO TERMO ASSISTENCIALISMO NO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

*José Fernando Souto Jr.**

O problema

Este trabalho é uma tentativa de debater as questões políticas produzidas por parte da literatura acadêmica sobre o sindicalismo brasileiro. Dois problemas serão tratados aqui. O primeiro está relacionado à maneira como alguns estudos acadêmicos construíram uma interpretação do movimento sindical, entre as décadas de 1960 e 1990, que negou um papel ativo aos trabalhadores como sujeitos da transformação e, ao invés disso, enfatizou a determinação das estruturas sob o movimento dos trabalhadores.

O casamento entre um sujeito passivo (no caso aqui os trabalhadores) e estruturas que definem ações e políticas sindicais justificou, por outro lado, o segundo ponto a ser abordado, uma defesa de um modelo sindical específico. Assim, a literatura acadêmica trazida para análise ajudou ao contribuir para explicitar os dilemas da organização dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo sua vertente militante condenou práticas em detrimento de um modo “correto” de ação.

É neste ponto que entra a questão do ‘assistencialismo’. Indo um pouco mais atrás, percebemos que desde Vargas governos estimularam os sindicatos a praticar atividades assistenciais como forma de torná-los organizações mais colaborativas do que entidades de enfrentamento. Daí toda uma gama de críticas vindas tanto de lideranças sindicais como de intelectuais às práticas assistenciais. No entanto, as práticas assistenciais eram praticadas em sindicatos antes mesmo de 1930 e não excluía a característica de enfrentamento (cf. Fortes, 1998).

Mas é em cima dessa dicotomia – sindicato assistencialista *versus* sindicato de luta – que vai ser construída uma interpretação para o movimento sindical que opõe o ‘novo’ ao ‘velho’, o assistencial à luta, o pelego ao autêntico, o bom

* Agradeço ao parecerista anônimo de *Política & Trabalho* as sugestões que foram incorporadas ao texto final deste artigo.

ao ruim etc. Trabalhando com pares de oposição que nos sugerem inclusive uma percepção evolutiva dos fenômenos, “verdades” foram criadas no discurso da sociologia do trabalho enquanto o fenômeno “assistencialismo” permaneceu durante a década de 1980 e ganhou ainda mais força na década de 1990.

Portanto, o assistencialismo como prática nos sindicatos persistiu, mas pouco entendimento ainda existe sobre isso, a não ser as noções de senso comum propagadas há décadas. Por isso torna-se necessário o entendimento de diversas categorias e termos que organizaram um raciocínio sobre o assunto e que tem dificultado o seu entendimento do ponto de vista histórico-sociológico, já que foram muitos os significados que a questão do assistencialismo adquiriu em algumas produções que influenciaram no debate acadêmico, principalmente diante da pressão do chamado ‘novo sindicalismo’.

O argumento primeiro: o assistencialismo e o ‘novo sindicalismo’

A ‘prática assistencial’ tem estado presente nos sindicatos brasileiros desde o início do século, quando os sindicatos funcionavam como organização de ajuda mútua dos trabalhadores¹. Portanto, desde o período do mutualismo muitas entidades sindicais funcionavam servindo os seus sócios com assistência médica, jurídica, proporcionando lazer e, por vezes, até previdência.

Essas práticas não cessaram com o decorrer do tempo, e a criação da estrutura sindical, na década de 1930, terminou por facilitar a manutenção e expansão dos serviços assistenciais. A discussão sobre esse assunto tem focado uma relação de causa e efeito entre a estrutura sindical e as práticas assistenciais, sendo atribuída à estrutura e às lideranças pelegas a causa da existência do chamado ‘assistencialismo’ nos sindicatos.

Durante os períodos de autoritarismo, principalmente no pós-1964, os governos tenderam a reprimir pela força o movimento sindical reivindicativo, ao mesmo tempo em que tentavam desarticulá-los ao restringir o seu raio de ação apenas aos serviços assistenciais. Portanto, ao tratar dessas práticas nos sindicatos do Brasil, a literatura acadêmica tem demonstrado uma rejeição a este tipo de ação².

¹ Sobre isso, ver Rodrigues, 1968; Fortes, 1998; Rezende, 1981 e 1982.

² Estas ações assistenciais eram vistas como uma falta de identidade com formas de luta mais combativas que, de acordo com essa crença, mudaria a estrutura social por meio da ação sindical. Portanto, a ação assistencial simbolizava uma subordinação aos interesses do Estado e do capital. Exemplos claros dessa afirmação podem ser encontrados nos seguintes estudos clássicos: Erickson, 1979; Martins, 1979; Rodrigues, 1968; Rodrigues, 1981a, 1981b; Simão, 1966; Führtner, 1980; Humprey, 1979, 1982; Moraes Filho, 1978; Weffort, 1972; Almeida, 1975, 1984; Boito, 1991a, 1991b; Antunes, 1995, 1992, entre outros.

Em decorrência disso, a assistência tem sido tratada por parte da literatura como um efeito da estrutura sindical brasileira, argumento que nega aos trabalhadores um papel ativo. No entanto, estes só aparecem quando é relatado o papel do 'pelego', denominação valorativa que simboliza ações políticas e morais inaceitáveis dos dirigentes sindicais. Essa discussão, ao que tudo indica, envolve os signos presentes no sindicalismo brasileiro, que estão relacionados à história recente do país e a pontos de vista diferentes sobre o exercício da ação nos sindicatos.

No final da década de 1970, entrou em cena o chamado 'novo sindicalismo', representante de uma alternativa ao 'modelo autoritário' enfatizado pelos governos ditatoriais do regime militar de 1964. Os discursos que tentavam definir o 'novo' ressaltavam o lado 'não assistencial', 'próximo das bases', 'democrático', 'reivindicativo' e, por vezes, 'revolucionário'. A definição e a afirmação deste 'novo' modelo foi dada em oposição ao sindicalismo praticado nas décadas de 1960 e 1970, caracterizados como 'assistenciais', 'burocráticos', 'pelegos' ou, o que também se convencionou chamar, 'atrelados'³. Mais do que isto, na discussão que envolve a afirmação da identidade do chamado 'novo sindicalismo' há uma forte rejeição às formas de lutas dos sindicalistas que antecederam o período do golpe de 1964. O chamado 'novo sindicalismo' foi definido e afirmou-se rompendo com as experiências do passado⁴.

Durante os anos de atuação dos sindicatos caracterizados como 'novo sindicalismo' (1978 a 1998), boa parte dos sindicatos cutistas, por exemplo, tentou acabar com os serviços assistenciais, como uma forma de negar o papel desenvolvido por estas entidades nos anos anteriores. No entanto, não tem sido fácil, mesmo passados 28 anos após os primeiros conflitos no ABC, o rompimento com essas práticas. São evidentes as manifestações ainda presentes desses serviços nos sindicatos.

A sociologia do trabalho em São Paulo: predomínio da estrutura sob o sujeito

Começamos pela década de 1960, quando José Albertino Rodrigues lançou o livro *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, em 1968⁵. Nas várias fases recortadas pelo autor, cabendo a cada uma delas políticas de legislação sindical

³ Todos esses termos são valorativos e se referem aos sindicatos próximos ao governo ou que defendem a manutenção da estrutura sindical brasileira. É importante salientar que esses termos são imprecisos e, na maioria das vezes, são utilizados pelos grupos para desqualificar os adversários no jogo político.

⁴ Essa discussão aprofundada pode ser encontrada nos textos de Santana (1999a; 1999b), Mattos (1998), Blass (1999).

⁵ Quem iniciou essa discussão foi Evaristo de Moraes (1978) com o problema do sindicato único. Também da mesma época de José Albertino, ver (Rodrigues, 1966; Simão, 1966).

diferentes, ele avalia os efeitos da estrutura sindical brasileira na determinação e limitação das ações sindicais, e ao mesmo tempo faz uma análise sobre os vários segmentos atuantes no movimento sindical e suas formas de ação. Sua primeira consideração foi a seguinte:

Em primeiro lugar, aquela estrutura, que subordinou política e administrativamente o sindicato ao Ministério do Trabalho, **face à reduzida consciência de classe e escassa politização do proletariado**⁶, fez com que se facilitasse naturalmente o acesso a posto de direção dos novos sindicatos de indivíduos acomodados à situação e dispostos a servir de instrumento aos desígnios políticos da nova ordem (Rodrigues, 1968, p. 151).

Este foi o argumento que se tornou central nos demais estudos relacionados aqui. A estrutura foi imposta sem resistência aos operários porque não havia entre eles uma consciência de classe.

O autor identifica a estrutura,

Nos princípios que regem, ou melhor, que limitam a liberdade e autonomia sindical, da qual também já se tratou, constituem verdadeiros pontos cardeais da nossa estrutura sindical. Assim são eles: 1) unicidade sindical; 2) estrutura uniforme para empregados e patrões; 3) controle ministerial; 4) enquadramento por categorias profissionais definidas em termos das atividades econômicas e das empresas (cf. Rodrigues, 1968).

Esboçados os critérios que prendem os sindicatos ao Estado, essa tradição de estudos seguiu enfocando as análises nesses vínculos e na capacidade deles limitarem uma ação sindical de enfrentamento, o que indica uma subordinação dos sindicatos ao Estado.

Apesar de não citar na estrutura sindical o ‘pelego’⁷ (ponto importante para se entender a assistência), este livro fez crer que ele se adequava a ela (estrutura) como uma mão numa luva. Este, no ponto de vista do autor, é fruto dessa organização sindical oficial. O ‘pelego’ surgiu com a necessidade dos governos terem um maior controle sob as entidades sindicais, eles eram indivíduos dispostos a administrar e ampliar todo o aparato ‘burocrático’⁸. “*Enquanto persistir a atual*

⁶ Grifos meus.

⁷ O nome ‘pelego’ é retirado do objeto que fica entre o corpo do cavalo e a cela do cavaleiro, servindo, assim, para amaciar o atrito da cela com o corpo do animal. Ela ganha espaço como um rótulo depreciativo no movimento sindical, lembrando também o papel de sindicatos que amortecem as relações entre patrões, trabalhadores e Estado (cf. Füchtner, 1980, p. 97-101). Uma análise sobre este também pode ser visto em (Saes, 1981, p. 447-507).

⁸ O termo ‘burocrático’ tem sido utilizado na maioria dos textos da literatura especializada como um rótulo depreciativo com várias conotações envolvendo-o, ver sobre isso (Morais, 1993).

*estrutura sindical o 'peleguismo' subsistirá, pois é o elemento que leva à prática **aquelas formas de sindicalismo oficial** que as autoridades não podem realizar diretamente*" (Rodrigues, 1968, p. 154)⁹.

A contribuição do autor em apontar os efeitos negativos da estrutura sindical é evidente. Ao analisar a existência do 'pelego' e suas ações à frente dos sindicatos, ele classifica de maneira original o que este representa, significativo (d) "aquelas formas de sindicalismo oficial". A primeira razão para classificar os dirigentes sindicais de 'pelegos' seria a submissão deles frente aos governos, pois assim ganhariam dividendos em decorrência do prestígio adquirido com os governantes. Em segundo lugar, "as crescentes necessidades de caráter burocrático da organização sindical propiciavam e mesmo exigiam um tipo de dirigente que se dispusesse a lidar mais com papéis do que com indivíduos e massa de indivíduos" (Rodrigues, 1968, p. 151).

Com o discurso colocado de maneira dicotômica, sua atenção está voltada para a 'burocracia' que, supostamente, seria antagônica a uma entidade sindical que primasse pela luta e consciência de classe, a ponto de impedir o dirigente sindical de estar próximo à "massa de indivíduos". Nesse sentido, "papéis" está posto ao extremo de "indivíduos e massa de indivíduos". Nessa equação, estar perto de um é estar longe do outro.

Assim, o 'pelego' sempre contou com facilidades e trânsito livre, não apenas nas áreas governamentais, mas nas patronais também, pelo menos nas últimas décadas... Daí a caracterização corrente de adulator dos poderosos e corruptos, que o torna exemplo típico de **traidor de sua classe**¹⁰ (Rodrigues, 1968, p. 151).

A percepção do que é ser pelego, no fragmento do texto acima, vai perdendo objetividade e, ao mesmo tempo, cresce sua imagem negativa diante da utilização crescente de adjetivos e de figuras de linguagem de forma pejorativa.

Voltando para a dicotomia 'burocracia' como oposto ao 'trabalho de conscientização dos associados', a primeira é representativa da estrutura sindical que prende os sindicatos, limitando suas ações e acomodando os dirigentes com as facilidades proporcionadas para conseguir recursos, pelo fato do sindicato ser oficial. Assim, o Imposto Sindical seria um estímulo às entidades sindicais que não conseguem seus recursos da capacidade de atrair novos filiados para o seu interior. Portanto, na construção desse raciocínio, esses fatores inviabilizariam uma ação mais reivindicativa, um sindicalismo mais combativo e, desta forma, o autor relaciona essas ações ao 'pelego', revelando existir dois tipos que desempenham este papel:

⁹ Grifos meus.

¹⁰ Grifos meus.

No sindicato o ‘pelego’ não toma a iniciativa no sentido de ampliar o quadro de associados, pois dispondo de uma fonte de receitas fácil e crescente como o imposto sindical – muitas vezes facilita evasões deste tributo ou fecha os olhos aos sonegadores – nem sempre deseja comprometer despesas muito elevadas com a assistência. Este é o tipo de ‘pelego’ ineficiente, naturalmente dentro de seu papel. Mas existe também o ‘pelego’ eficiente, o realizador, que é justamente aquele que aprimora extraordinariamente a atividade assistencial e tem orgulho dessas realizações, como se fossem a grande função do sindicato (Rodrigues, 1968, p. 152).

A tentativa de classificação objetiva do que é ser ‘pelego’ chega ao ponto de tornar-se uma anedota quando Rodrigues utiliza o adjetivo eficiente. Ao mesmo tempo em que a imagem é forjada por características negativas, ela vai sendo associada claramente à defesa de um modelo de sindicato específico que nega a função assistencial, vinculada ao ‘pelego’, o “traidor de sua classe”. Portanto, a equação ficou montada assim: a estrutura sindical permite a existência do pelego e este está ligado à assistência, que nas palavras do autor é um fator de “desvio do sindicato de seu campo peculiar”.

A análise da estrutura abre alas para o(s) sujeito(s)

Por volta de quatro anos após o lançamento do livro de José Albertino, ainda no contexto da ditadura militar, Francisco Weffort publicou um estudo sobre o movimento sindical que surgia depois do golpe, enunciando uma nova forma de ação. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. Publicado em 1972, Weffort chamou atenção para as singularidades presentes na organização das greves de Contagem e Osasco. O ponto forte do trabalho foi a percepção do autor da independência alcançada pelos dois movimentos num momento em que a estrutura sindical estava acionada no sentido de impedir ações que fugissem ao controle do Estado. O significado dessa independência foi a constatação de que a estrutura estava em crise e não se adaptava ao novo perfil do operariado dessas áreas metropolitanas que apresentavam um desenvolvimento industrial complexo.

Nesse sentido, a eclosão do movimento indicava que a estrutura não estaria servindo mais aos operários, nem tampouco às funções de controle do governo¹¹ (cf. Weffort, 1972, p. 92). O exemplo era que os operários estavam se organizando de baixo para cima, organizados por local de trabalho, não seguindo o padrão

¹¹ Também seguem uma proximidade com essa análise Humphey, 1979 e 1982; Moisés, 1981.

de ação das antigas cúpulas sindicais, comuns aos comunistas e aos dirigentes vinculados ao sindicalismo na década de 1950¹².

Manifesta-se nelas, seja no plano da orientação, seja no plano da organização, uma atitude de **independência** em face do Estado e das empresas que, quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas, se diferencia bastante dos hábitos do sindicalismo do período populista. Segundo me parece, é precisamente esta posição de independência que oferece seu interesse para um exame das possibilidades atuais do sindicalismo no país (Weffort, 1972, p. 11).

Quando o autor trabalha o termo independência ele parece se dirigir para uma explicação que não vai ficar presa à estrutura. Isso fica evidente na descrição de inúmeras lutas cotidianas em vários sindicatos, apesar do controle do Estado. Weffort tenta buscar as causas não apenas nas estruturas econômica ou sindical. Mas é a estrutura sindical o objeto predominante em sua análise e pouco crédito é dado às organizações paralelas¹³.

A sua análise trouxe a compreensão de que a estrutura sindical não poderia ser uma chave explicativa que fosse capaz de determinar as relações entre os agentes históricos. Dessa forma, ele colocou a responsabilidade pelas ações políticas nas escolhas das lideranças, negando assim a avaliação do problema como decorrência apenas de fatores externos. Para justificar sua posição, citou duas idéias principais que justificaram sua análise:

Primeiro, o elevado nível de atividade sindical observado antes de 1964 se explicaria essencialmente pelo interesse dos governos em utilizar o movimento operário como 'força auxiliar'. A ênfase nesta proposição terminou por fornecer uma interpretação meramente mecânica da situação de dependência do movimento sindical, em verdade um fenômeno até certo ponto contraditório, só explicável por referência ao amplo e complexo esquema de aliança de classes em que se apoiava. Em segundo lugar, esta concepção se caracterizou por colocar uma ênfase tão forte nas condições *externas* ao movimento operário que sua dinâmica interna tendia a ser vista sempre como um reflexo direto das determinações estruturais de ordem econômica, social etc. (Weffort, 1972, p. 89).

Com esta afirmação ele concluiu: "creio que seria conveniente manter presente na interpretação dos movimentos de Contagem e Osasco a dupla determinação, externa e interna" (Weffort, 1972, p. 89). Mas como fazer isso?

¹² Sobre isso ver (Rodrigues, 1981a e 1981b; Weffort, 1973).

¹³ Sobre as organizações paralelas ver (Rodrigues, 1968; Santana 1999a; 1999b; Mattos, 1998).

Para pensar as influências internas e externas ele avalia a dinâmica das relações sindicais. “O Estado financia os sindicatos através de um imposto que garante a parte mais substancial de seus orçamentos”. Por conta disso, os sindicatos são uma extensão do Estado, sendo esta a sua condição real, pois dependem deste financeiramente, sendo esta a base da dependência política. “Segundo, a maioria dos sindicatos tem um baixo nível de participação e de representação”. Este segundo fato aumentaria ainda mais a sua dependência, porque enfraquece sua capacidade de se impor “às injunções externas, em especial as que vêm do poder público”. Mas o efeito da baixa participação tem como causa:

As atividades assistenciais do Estado são geralmente precárias, os sindicatos passaram a usar os fundos públicos que recebiam para criar seus próprios serviços assistenciais. O resultado deste processo foi que não apenas a prática dos sindicalistas criou uma esdrúxula concepção do ‘sindicato assistencial’, **como o crescimento das funções assistenciais do sindicato terminou por sobrepujar suas funções de representação**¹⁴ (Weffort, 1972, p. 28).

A análise tentou trazer para os agentes a explicação para a pouca ou quase nenhuma autonomia do movimento dos trabalhadores, foi na conveniência da convergência dos interesses dos trabalhadores com o dos governantes. Para Weffort, esse fato criou uma situação no mínimo “esdrúxula”. A associação com o assistencialismo levaria assim a sobrepujar as funções de representação da entidade.

O problema para o autor é a despesa da entidade sindical para financiar os serviços, que seriam maiores que as contribuições individuais. Nestes termos, a entidade sindical necessitaria estar sempre recorrendo aos auxílios do imposto sindical. Esse fato desencadearia um outro problema e, por conta disso, a organização sindical não teria interesse em conquistar novos sócios, pois isso provocaria novos déficits em seu orçamento: “a sindicalização não pode nunca ir além do limite orçamentário que é definido, por um lado, pelas atividades assistenciais e, por outro, pelo montante recebido do imposto” (Weffort, 1972, p. 28)¹⁵.

¹⁴ Grifos meus.

¹⁵ Füchtner (1980, p. 61) compartilha dessa informação: “A situação financeira de um sindicato é tanto melhor quanto for menor o número dos seus membros, ou seja, quanto menos pessoas, para com as quais ele tenha obrigações, reivindicarem os seus serviços”. Humphrey (1982, p. 138-139) afirma sobre esse mesmo assunto: “Parecia haver muito pouca tentativa no sentido de aumentar o número de sócios. Na verdade, um advogado trabalhista ligado ao sindicato alegou-me que a entidade desencorajava deliberadamente os operários de se unirem a ela, porque as mensalidades pagas pelos novos sócios eram em geral menores do que o custo dos serviços que usavam”.

Não há o que duvidar sobre o argumento de que os sindicalistas, ao disporem do imposto sindical, poderiam se acomodar com relação à conquista de novos filiados, mas será que isso foi a regra geral? Não seria difícil de comprovar se o preço das despesas assistenciais seria um fator ainda maior para a distância da base. O problema é que este argumento prima pela interpretação de que os dirigentes não teriam nenhum compromisso com os trabalhadores e por isso praticavam o assistencialismo. Ele homogeneiza o perfil das lideranças na figura simbólica do ‘pelego’, que aqui não aparece textualmente. Tira das práticas assistenciais qualquer possibilidade de legitimidade. Caso contrário, como explicar o financiamento das entidades de mútuo socorro ou de solidariedade, tão comuns aos operários no Brasil do início do século¹⁶?

O problema do argumento é que mais uma vez a posição contrária às práticas assistenciais foi vista como herança de uma política maldita ou esdrúxula, irmã siamesa do peleguismo, prática nefasta e corrompida. Por trás disso está a defesa de um modo de gestão sindical específico, ideal de intelectuais democratas e de esquerda, que pregavam um modelo de sindicato inversamente proporcional ao modelo assistencial, que fosse um ‘sindicato representativo’, ‘combativo’ e ‘democrático’. Este argumento fora forjado há décadas e serviu como semente para o que se convencionou chamar de ‘novo sindicalismo’.

Parecia que os trabalhadores e seus sindicatos iam ganhar, nesse raciocínio, um status de sujeitos históricos em detrimento de uma análise que se concentrasse nos efeitos da estrutura. No entanto, o entusiasmo rumo à independência parou aí. O problema esbarrou novamente na estrutura sindical e no assistencialismo, visto como prática perversa. Assim como em José Albertino, Weffort construiu uma interpretação com uma análise centrada na estrutura e em seus impedimentos e associou esta ao assistencialismo. Mais uma vez embutido no argumento estava o que *deveria ser* uma entidade sindical, ou seja, independente e não assistencial. O problema era que isso não existia naquele momento, então o problema sociológico passou a ser a descoberta das razões pelas quais o movimento sindical não era o que se esperava que fosse.

Weffort inaugurou o argumento de que a estrutura sindical estava em crise por causa do surgimento de um novo operariado, em decorrência de uma nova estruturação industrial pela qual o país passava. Em meados da década de 1970, Maria Hermínia Tavares de Almeida, em seu texto *O sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas* (1975, p. 49), desenvolveu esta tese¹⁷.

¹⁶ Sobre o período mutualista e a organização de caixas de auxílio mútuo no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, ver os trabalhos dos seguintes historiadores: Fortes, 1998; Rezende, 1981 e 1982; Souto, 1999.

¹⁷ “A idéia central que ora desenvolvemos – a inadequação da estrutura sindical brasileira para fazer face aos novos problemas criados pela grande empresa moderna – foi-nos sugerida por nosso orientador, professor Francisco C. Weffort”.

A autora partiu do seguinte pressuposto para desenvolver seu trabalho: “Estará em crise a organização sindical instituída durante o Estado Novo?” (1975, p. 50). Ela, assim, utilizou o esquema de Kenneth Erickson para explicar a montagem da estrutura sindical brasileira¹⁸.

Ao tratar dos serviços assistenciais a autora apenas pontuou a associação entre estes e a estrutura sindical por meio do imposto. A partir de considerações como esta a autora chegou logo depois à hipótese de seu trabalho:

Nossa hipótese é que os dispositivos legais da CLT foram ideados, e de alguma forma se adequavam a um tipo de estrutura industrial e, portanto, a uma determinada classe trabalhadora, característica do período de domínio das chamadas indústrias tradicionais de bens-salário (1975, p. 58).

Ela empreende um raciocínio de que vai ser a ‘estruturção’ de uma nova classe trabalhadora (como resultante das transformações na estrutura industrial), a responsável pela inadequação da estrutura sindical. Essa nova ‘estruturção’ seria responsável por uma heterogeneidade da classe trabalhadora, que impediria que ela se adaptasse a uma tutela estatal concebida para uma classe homogênea, em que salário e qualificação eram bem diferentes.

A responsabilidade por essa heterogeneidade estrutural da classe trabalhadora seria dada pela mudança do parque industrial brasileiro por grandes firmas modernas, geralmente empresas estrangeiras que utilizariam tecnologia avançada, pagariam salários melhores e trabalhariam com altas taxas de produtividade. O resultado disso seria novos temas reivindicatórios, tais como prêmios de produtividade, sistemas de classificação e promoção, redução da jornada de trabalho etc. Esses temas têm consonância com a idéia de uma participação maior dos trabalhadores na gestão da empresa. Como contraponto a isto, a legislação não teria evoluído nesse mesmo sentido.

Por este raciocínio sindicatos e estrutura estão intimamente ligados e, a partir da inviabilidade da legislação, a conclusão foi de que provavelmente os sindicatos também se tornaram um instrumento inadequado de luta, tendo em

¹⁸ Segundo este autor, “o sistema trabalhista no Brasil consiste em três estruturas principais: os sindicatos, a previdência social e a Justiça do Trabalho. Os sindicatos devem representar os interesses dos trabalhadores, fornecer alguns serviços sociais e colaborar com o governo. A previdência social deveria prestar assistência social moderna, na base de contribuições sociais e do governo, embora tenha deixado de atingir, em muitos aspectos, os seus alvos declarados. A Justiça do Trabalho foi constituída para julgar disputas entre empregadores e empregados, e ilustra bem a característica da cultura política brasileira de procurar evitar o conflito direto, canalizando os problemas através das vias burocráticas” (Erickson, 1979, p. 53). Para descrever e analisar a interferência da Justiça do Trabalho, a autora também cita José Albertino Rodrigues (1979, p. 54-55).

vista o novo leque de reivindicações. As novas demandas políticas surgiram principalmente no fim da década de 1960, seriam geradas pela constituição de novas condições objetivas que favoreceram o surgimento desse novo operariado, tendo como modelo típico os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que se diferenciavam dos operários urbanos mais antigos e lotados nas pequenas e médias empresas nas décadas de 1940 e 1950.

Nas palavras da autora, foram os operários de São Bernardo do Campo e São Paulo que deram início a uma proposta política organizatória “mais afinada com os interesses do setor ‘moderno’ dos assalariados fabris” (1975, p. 71)¹⁹. Esse operariado inaugurou o que a autora chamou de ‘novo sindicalismo’, seu argumento enfocou muito pouco o papel das escolhas dos trabalhadores nesse processo, enfatizando o papel das estruturas.

Dentro desse esquema teórico que privilegiava a análise das estruturas e formava o argumento central para aquilo que se convencionou chamar de ‘novo sindicalismo’, em 1984, Almeida fez a seguinte afirmação (1984, p. 201):

Contraditoriamente, a função assistencialista, que pervertia e desnaturava o sindicato como arma de combate²⁰, permitiu que não se cortassem por completo seus vínculos com a base. Novos associados continuaram a procurar o sindicato, para fazer uma consulta médica, cortar o cabelo ou processar o seu empregador na Justiça do Trabalho.

O assistencialismo continuou sendo entendido como algo negativo, mas pela primeira vez era interpretado com uma faceta positiva. Porém, ainda aqui, não houve nenhum investimento intelectual para compreendê-lo. Pelo contrário, continuaram as afirmações de condenação. A centrada apenas na estrutura, como todas apresentadas aqui não conseguiram compreender o sentido para a continuidade de tal prática, ficando apenas no plano da condenação.

A análise sob a estrutura voltou a se fechar novamente

Dando prosseguimento ao tipo de abordagem do movimento sindical brasileiro e os impedimentos causados pela estrutura sindical, Texeira de Souza

¹⁹ Humphrey (1982, p. 145-146) faz uma análise parecida, ao descer ao chão de fábrica ele chama atenção para a importância das escolhas políticas dos trabalhadores nas suas formas de luta. Dessa maneira, esse autor justifica as diferenças de atuações entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e do ABC, ambos localizados no campo de reestruturação industrial citado pela autora, explicando assim a combatividade maior do Sindicato do ABC.

²⁰ Grifos meus.

Martins, em seu livro *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*²¹, discutiu a burocratização que os sindicatos sofreram desde a década de 1930 para possibilitar o cumprimento das tarefas determinadas pelo Estado²².

O pontapé da autora para o desdobramento da sua pesquisa saiu do seguinte problema: “é possível uma prática política dentro do sindicato burocrático?”. A partir daí ela fez a primeira classificação que permeou a sua análise, tratou de diferenciar o ‘dirigente sindical burocrata’ do ‘militante’, este presente antes de todo o processo de regulamentação que resultou na estrutura sindical. Nessa fase,

O Sindicato exercia uma função imediata de conquista da regulamentação do trabalho urbano que não existia e uma **função mediata de transformação da sociedade**. As entidades sindicais eram, então, dirigidas pelo *militante*, **líder operário que enfrentava a repressão política**, encarregada de resolver a ‘questão operária’²³ (Martins, 1979, p. 183).

Estabelecida esta classificação dicotômica entre o ‘militante’ e o ‘burocrata’, a autora conclui que os sindicatos serviram ao processo de acumulação capitalista por conta do excessivo controle do Estado, manifestado ora pela racionalização técnica da administração e impessoalidade da legislação, transformando o ‘militante’ em ‘burocrata’ (o que impediu uma ação do sindicato de confronto), ora pela ameaça da violência, como forma de conter o ímpeto de luta dos operários. Assim ela concluiu, a partir de 1937, “definiu-se, então, para o sindicato como função básica, a representação das categorias profissionais junto ao governo e a administração da assistência social” (1979, p. 183). Não é difícil encontrar na análise centrada na dicotomia e na estrutura, a continuidade com os argumentos anteriores e a defesa de um modelo específico de sindicato. Aqui a assistência foi percebida como uma ação de imposição do governo, de enquadramento, à qual os operários não reagiram.

A autora terminou o seu livro um tanto quanto descrente com a situação do movimento sindical e, de maneira melancólica, guardou uma esperança de que um dia não se conseguisse controlar as ações políticas dos operários:

²¹ O livro foi decorrência da sua dissertação de mestrado defendida em 1975, tendo como avaliadores autores já citados aqui. Foram eles: Azis Simão (a quem o livro é dedicado), José Albertino Rodrigues e Francisco C. Weffort.

²² A conclusão da autora sobre isso é a seguinte: “Concluimos, portanto, que o *reconhecimento do poder do sindicato, na verdade, consistiu na sua integração ao sistema como instrumento do desenvolvimento capitalista do país*. Neste sentido, todas as solicitações e determinações impostas ao sindicato, de 1937 até aqui, têm o sentido de favorecer a consolidação do capitalismo industrial no Brasil” (Martins, 1979, p. 185).

²³ Grifos meus em negrito, o da autora está em itálico.

Privados de seu principal instrumento político de luta – a greve – e tolhidos nas reivindicações salariais, que lhes permitia aproximarem-se da base operária, *os dirigentes sindicais conseguem, apenas, formular reivindicações de cunho reformista*. Atuando em um sindicato que não foi concebido nem organizado pelo Estado para permitir a ‘produção da consciência proletária’, o dirigente sindical espera, simplesmente, garantir aos trabalhadores de sua categoria uma distribuição *mais justa* da renda que eles ajudaram a gerar. Condenando as ‘injustiças’ do capitalismo, não são capazes, entretanto, de explicá-lo e, portanto, de negá-lo ideologicamente. Resta saber, contudo, se conseguem conter a prática política dos operários (Martins, 1979, p. 186).

Nessas palavras também é possível perceber, sobretudo, o papel dos sindicatos defendido por ela. Trata-se do sindicato que transforme a sociedade, ou seja, o sindicato socialista, capaz de negar ideologicamente o capitalismo e não ficar preso às reivindicações reformistas. Mas como não foi possível a este modelo prevalecer, como seu estudo deixa claro, por conta da estrutura não ter permitido, ela, para não perder as esperanças, acaba depositando nas mãos dos operários a possibilidade de que a prática política deles não seja contida.

Para Martins, a ‘assistência’ é vista como um aspecto da burocratização, imposta pelo Estado aos sindicatos, com o intuito deste servir ao desenvolvimento capitalista como amortecedor nas relações entre capital e trabalho. Um elo que media a relação entre trabalhadores e Estado. Como exemplo de seu argumento está os anarco-sindicalistas do início do século XX, que gozavam de uma maior liberdade sindical e sem

Atribuições assistenciais. Contudo, no sentido amplo do termo, a resistência e o combate implicavam em uma ação política que se exercia através da propaganda das idéias anarquistas e do preparo de greves de reivindicações imediatas, concebidas como via para greve geral revolucionária (...) o sindicalismo e a greve constituíram a mais expressiva forma de organização e ação política da classe operária (Martins, 1979, p. 15)²⁴.

As sucessivas regulamentações limitaram as ações sindicais e fizeram a autora concluir que a função dos sindicatos era promover a conciliação entre patrões e empregados, “tornou-se peça importante na política de paz social e colaboração das classes, posta em prática. Substituiu-se a função originalmente política²⁵ do sindicato pela administrativa-assistencial” (Martins, 1979, p. 185). A função administrativa-assistencial está oposta à função política, que nesse caso é a revolucionária.

²⁴ Dentro da perspectiva de ressaltar os pontos positivos do movimento sindical na fase anterior a 1930, em contraposição aos anos posteriores, ver Simão, 1966, cap. 4.

²⁵ Grifos meus.

As análises da década de 80 e o novo sindicalismo

Os discursos construídos com dicotomias não cessaram com os estudos acima. Com o advento do ‘novo sindicalismo’, Leôncio Martins Rodrigues – que também tocou no assunto da estrutura sindical²⁶ – escreveu sobre esse novo movimento surgido no final dos anos 1970. Em seu texto “As tendências políticas na formação das centrais sindicais” (1991), Rodrigues produziu uma análise sobre o movimento sindical dos anos 1980 e, apesar de não conceituar o que era o ‘pelego’, utilizou o termo ‘sindicalistas autênticos’ para definir o grupo de dirigentes que deu início ao que se chamou de ‘novo sindicalismo’. Portanto, os sindicalistas que faziam parte de sindicatos oficiais, mas não se submeteram ao controle determinado pelo Estado, foram vistos como ‘autênticos’, numa referência direta que se contrapunha aos ‘pelegos’. Seguindo o mesmo raciocínio, no mesmo trabalho o autor incorporou a esse grupo outros grupos de sindicalistas, denominando-os de ‘combativos’, ‘sindicalistas opositoristas’ e ‘sindicalistas puros’.

A crítica aqui diz respeito à continuidade da manutenção das dicotomias e seus significados. Depois de a assistência ter sido associada ao termo pelego e ao que constitui a estrutura sindical, é de se esperar que esses termos classificatórios encubram as contradições ao reproduzir as associações feitas anteriormente. Manteve-se assim o argumento anterior em defesa de um sindicato representativo, compreendendo por isto um modelo reivindicativo, não assistencial.

Com uma perspectiva diferente de Leôncio, quanto à inserção dos ‘novos sindicalistas’ dentro dos sindicatos oficiais, Armando Boito Jr. passou a investigar, também nos anos 1990, a estrutura sindical. O livro foi a publicação de sua tese de doutoramento em Sociologia, na Universidade de São Paulo, em abril de 1989, *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical* (1991a). Faziam parte de sua banca, entre outros, o Professor Leôncio Martins Rodrigues e a Professora Heloísa H. T. de Souza Martins. Também em outro texto, “Reforma e persistência da estrutura sindical” (1991b), publicado em livro organizado por ele mesmo, *O sindicalismo brasileiro nos anos 1980*.

Assumindo a influência das teorias estruturalistas de Louis Althusser²⁷, o autor preocupou-se com os “elementos invariantes da estrutura do sindicato de Estado...”. Ao colocar o problema nesses termos, ele afirmou que a estrutura sindical é um todo organizado, no aparelho do Estado, constituído de partes

²⁶ Sobre isso ver textos do autor que indicam essa mesma linha de pensamento com relação à estrutura e ações sindicais (Rodrigues, 1981a; 1966).

²⁷ Ver em Silva (1998, p. 47-56) a perspectiva de Edward Thompson com relação ao estruturalismo de Louis Althusser.

invariantes e intransponíveis à ação do movimento sindical. Portanto, pode-se afirmar que os trabalhadores não terão status de agentes históricos aqui. Dessa forma, a estrutura revela seu lado inflexível. Diante disso, já é possível apreender qual é a sua tese: a continuidade da estrutura sindical.

O autor compreende a existência de partes da estrutura mais flexíveis em alguns períodos, mas, ao ressaltar o lado invariante desta, Boito pôs limites a esta flexibilidade, ao mesmo tempo em que armou uma espécie de armadilha para si mesmo, pois não haveria, assim, nenhuma ação que não fosse, de alguma forma, influenciada, determinada pela estrutura. Nem mesmo as denominadas “correntes representativas” conseguiriam furar o cerco e servir de referência para alguma outra coisa além da “tutela” exercida pelo Estado.

Mas o que diferencia Boito dos outros autores? Na verdade, em relação aos que defendem que a estrutura está em crise, o autor respondeu que essa idéia está equivocada. O que estaria em crise seria “o modelo ditatorial de gestão”.

Diferente de Leôncio M. Rodrigues, ele afirmou que “o movimento grevista de 1978 surge e se organiza fora dos sindicatos oficiais” (1991b, p. 68). Ele discorre em seu trabalho demonstrando que esse movimento que começou, segundo ele, fora da estrutura oficial, aos poucos foi se integrando a ela, pois, apesar dos enormes avanços, a investidura sindical – a outorga pelo Estado do poder de representação dos trabalhadores aos sindicatos oficiais – é um dos elementos invariantes do poder concedente do Estado, e por isso os sindicatos permanecem reproduzindo uma relação de submissão.

O problema da ‘assistência’, dada a organização do pensamento desse autor, volta a ser um efeito resultante da estrutura.

A principal – e praticamente única – atividade dos milhares de sindicatos oficiais no período de 1968-1978 consistiu em implantar ou expandir grandes e dispendiosos serviços assistenciais – serviços médicos, odontológicos, laboratoriais, jurídicos, colônias de férias etc. – convertendo esses sindicatos em espécies de agências da previdência social (...) O novo sindicalismo, formado nos anos de 1978-1980 (...) desalojou o peleguismo de dezenas de sindicatos oficiais importantes e mantém a hegemonia na Central Única dos Trabalhadores. Contudo, para crescer teve de afastar-se de suas tendências iniciais, que apontavam para um sindicalismo **mais organizado e eficaz**²⁸ (Boito, 1991b, p. 47 e 91).

A discussão acima repetiu o que já havia sido dito de outra forma anteriormente: uma incapacidade dos trabalhadores de furar o cerco da estrutura sindical e guiar o movimento para uma ação mais ‘eficaz’, mais ‘política’ e também

²⁸ Grifos meus. Sobre o Estado, o populismo e os sindicatos, ver o clássico de Angela de Castro Gomes (1988).

menos assistencial, e esta é colocada como praticamente a única atividade no período 1968-1978, ou seja, além de furar o cerco do controle do Estado, tudo leva a crer que cabe aos sindicatos seguir o caminho que a teoria escolheu, ou melhor, a perspectiva política dos autores.

Boito aliou, como fizeram outros autores, o ‘pelego’ à estrutura sindical, e definiu este das seguintes maneiras: em um primeiro momento aponta-o como exemplo o sindicalista governista, o autor afirma em um rápido comentário: “deixemos de lado os sindicalistas pelegos, isto é, aqueles que funcionam como agentes do governo no movimento sindical” (1991a, p. 95). No outro trabalho Boito coloca as coisas assim: “a grande maioria das diretorias dos sindicatos oficiais era ‘pelega, isto é, governista” (1991b, p. 46). Depois define sindicalistas cutistas como não ‘pelegos’, sendo a referência CUT quase uma espécie de atestado ‘antipelego’ (cf. 1991a, 109).

O ‘pelego’ seria o sindicalista ligado por fortes laços aos políticos do governo e, por isso, um conservador. Como os demais intelectuais que escreveram sobre o assunto, seu discurso vem carregado de conotações negativas a respeito destes. Para Boito, este tem como única aspiração a garantia da permanência do sindicato oficial. Mas os ‘pelegos’ são, também, de acordo com o seu ponto de vista, “antimonopolistas, antiimperialistas e contra as reformas nos latifúndios”. Isto parece ser também importante para definir quem é e quem não é ‘pelego’.

No entanto, Boito (1991a, p. 249) definiu o que queria ver como papel dos sindicatos e, dessa forma, explicitou suas queixas com relação às *‘correntes sindicais burguesas’* que afastaram o papel dos sindicatos de seu verdadeiro destino: a revolução. Segundo ele, “predominam nesse aparelho sindical correntes sindicais burguesas, isto é, que separam a luta sindical da luta revolucionária, impondo ao sindicalismo concepções, objetivos e métodos de luta que o afastam da revolução”. Mais uma vez este tipo de estudo busca uma explicação para entender porque os sindicatos não eram aquilo que se esperava que fossem. O lugar de onde Boito fala é o do velho militante comunista de esquerda que sonha com o sindicato revolucionário.

Antunes escreveu *O novo sindicalismo no Brasil* (1995)²⁹ e se assemelhou com Leôncio Rodrigues em seu argumento inicial. Para ele, o ‘novo sindicalismo surgiu da atuação dos sindicalistas dentro da estrutura sindical e “pouco a pouco, foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada” (Antunes, 1992, p. 44); assim ele difere de Boito.

O autor chama a atenção ao definir a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) que, na sua opinião, “aglutinava centralmente” aquilo que ele chama de ‘esquerda tradicional’ (PCB e MR8), “além de amplos segmentos ligados à burocracia sindical e mesmo ao peleguismo que, com o advento do novo

²⁹ Desse autor, ver também (1988; 1992).

sindicalismo, iniciou um projeto de modernização sindical” (1995, p. 36). Dessa maneira, o ‘pelego’ aparece ligado à burocracia sindical, mas com os novos tempos procurou modernizar o seu perfil. Depois, ao falar sobre as disputas dentro da CGT e da criação da Força Sindical, ele se referiu a Luiz Antônio de Medeiros como um agente com a finalidade de “derrotar o peleguismo mais atrasado” (1995, p. 37).

Dessa forma, podemos concluir que se existiu o ‘peleguismo atrasado’ foi porque havia um mais avançado. Neste caso, fica implícito que o ‘peleguismo mais avançado’ seria o próprio Medeiros, responsável pelo ‘sindicalismo de resultados’. Sua diferença com relação ao ‘peleguismo atrasado’ é que ele seria responsável por uma nova feição no movimento sindical brasileiro: neoliberal e burguesa, e este “é algo distinto do peleguismo (sempre atrelado ao Estado e dele porta-voz) e conforma o que caracterizamos como sendo a nova direita no movimento sindical” (1995, p. 39). Em primeiro lugar, o peleguismo sempre esteve atrelado ao Estado e foi de direita. Sendo assim, conclui o autor: “a nova direita não pretende confundir-se com o sindicalismo que sustentou o peleguismo (...) A direita saiu da defensiva; não precisa mais do peleguismo. Ideologizou e ‘modernizou’ o seu discurso. Metamorfoseou-se” (Antunes, 1995, p. 41).

O ‘pelego’ era a direita do movimento sindical, agora camuflada, a ‘nova direita’ não tem mais hábitos ‘peleguistas’, mas é uma decorrência destes. Então, a ‘nova direita’ metamorfoseada deixou de ser atrelada ao Estado e, por isso, não precisa do ‘peleguismo’.

Portanto, o ‘pelego’ não é apenas o ‘sindicalista oficial’ (isto sem contar que a própria idéia de ‘oficial’, nesses termos, já implica uma preocupação ideológica de reprovação), mas um conjunto de coisas que levam a vários lugares. De sindicalista que tenta preservar a estrutura, a sindicalista conservador em suas atitudes e seus relacionamentos, essas definições trazem uma crítica à atitude servil e oportunista. Esse conjunto de significados atrelados ao ‘pelego’ (essa figura bizarra) estariam definitivamente fora do sindicalismo brasileiro com o fim da estrutura sindical. Mas as referências ao ‘pelego’ servem, em contrapartida, para se entender o que era o ‘novo sindicalismo’, ou seja, o que ele não era.

Para Antunes, o ‘novo sindicalismo’ resgatou a dimensão da luta “contra a superexploração do trabalho, contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical, contra o sindicalismo atrelado, [que] configurou ao movimento desencadeado no ABC paulista uma ação econômica de clara significação política” (Antunes, 1995, p. 12).

Dessa forma, o autor discorre sobre alguns fatos que indicam a diferença do ‘novo’ em relação ao ‘velho’ modo de agir das lideranças nos sindicatos. Entre suas referências encontramos uma forte defesa da luta sindical de confronto.

Traçou várias ações desse modelo (“novo sindicalismo”), que agiu dentro da estrutura sindical, mas enfatizando o crescimento em áreas não tradicionais do movimento sindical brasileiro, tais como os funcionários públicos, além dos novos tipos de enfrentamento manifestados em várias categorias e até aquelas em que as lutas chegaram a casos limites, exemplificados pelos trabalhadores que ocuparam fábricas nas situações mais adversas, como os metalúrgicos de Volta Redonda que resistiram à invasão do Exército em novembro de 1988, e três operários foram assassinados, ou o caso dos metalúrgicos da Mannesmann (MG) em 1989, que resistiram à Polícia Militar dentro da fábrica. Esses casos representaram para o autor a dimensão limite que essas lutas tomaram, sendo, por isso, significativas de um modo bastante diferente de ação, contando com a sua aprovação ou como um modelo que poderia ser seguido³⁰.

Para ele, “o movimento sindical se afirmou como único interlocutor capaz de negociar e reivindicar pautas de âmbito nacional. E as ações grevistas ampliadas consolidaram esta tendência” (Antunes, 1995, p. 22). Nesse sentido, ele abriu espaço para enfatizar a importância da autonomia dos sindicatos frente aos partidos e ao Estado. Para isto, defendeu a necessidade das entidades sindicais (sindicatos e centrais) “assumirem uma postura nitidamente anticapitalista”. Ele continua: “e não é possível incorporar esta postura sem assumir o ideário e a ação socialistas” (Antunes, 1995, p. 33). Este argumento é semelhante ao de Heloísa Martins e ao de Boito.

Em determinado momento, Antunes passou a analisar o movimento sindical após a constituição de 1988 e se deparou com um certo abandono do perfil que marcou o início dos anos 1980. Tal situação foi significativa, para o autor, das “lacunas teóricas, políticas e ideológicas no interior da CUT”. Dessa forma, ele fez a seguinte sugestão para reverter o quadro em que o movimento sindical se encontrava naquele momento: “neste caso, além da combatividade anterior, era necessária a articulação de uma análise aguda da realidade brasileira com uma perspectiva crítica e anticapitalista, de nítidos contornos socialistas” (1995, p. 53).

Pode-se concluir, a partir do que foi dito, que a estrutura sindical tem recebido uma grande atenção dos pesquisadores, no entanto, o olhar tem sido direcionado para os seus efeitos “determinantes”, esquecendo-se do que possivelmente existiria independente dela. Dessa maneira, a única mudança que talvez mereça uma atenção voltada para as pessoas e menos para a estrutura foi

³⁰ Mattos afirma (1998, p. 70): “o eixo principal da análise de Antunes concentra-se no estudo das tendências mais gerais dos movimentos grevistas”.

aquela do rompimento com tudo de uma só vez, parecia que somente assim a luta seguiria o seu 'destino'³¹.

As interpretações dadas ao novo sindicalismo na berlinda

Seguimos com os autores citados até aqui fazendo uma defesa explícita de um modelo de ação/gestão sindical. Uma das primeiras críticas encontradas com relação a estes autores pode ser vista em Mattos. Para ele,

É possível perceber a permanência de uma questão de fundo cara aos primeiros estudos sobre o tema. Trata-se da noção de que a classe trabalhadora possui um destino. Na versão mais engajada, esse destino seria o da ação política visando à revolução social, tendo nos sindicatos e partidos de esquerda seus instrumentos de ação. Numa vertente mais moderada, o destino tomado como parâmetro é o da ação sindical como caminho para conquistas materiais dos trabalhadores, respeitando-se os limites da economia de mercado, tomada como um dado. De uma forma ou de outra, páginas e páginas foram escritas para explicar porque a classe operária brasileira 'não foi': não foi socialista e sindicalmente engajada, como supõe o modelo europeu e não foi adepta do 'sindicalismo de negócios', conforme o paradigma americano (Mattos, 1998, p. 80).

Portanto, esta tem sido a ênfase da discussão dos autores citados: a incapacidade da classe trabalhadora em seguir um caminho já pré-definido. Nesse sentido, a assistência vem como uma espécie de vírus para desarticular o movimento nascente do sindicato de barganha, reivindicativo e revolucionário. Ora por conta da assistência, ora a causa foi a incapacidade dos trabalhadores ao não romper com os aspectos da ideologia populista, do espontaneísmo, do voluntarismo, do controle.

Desde as primeiras regulamentações da década de 1930, na verdade 1937-

³¹ Segundo Castoriadis (1985, p. 11-78), a idéia de 'destino' colocado à classe operária tem suas influências nos teóricos 'marxistas', como Lênin, Rosa Luxemburgo e o próprio Marx, entre outros. Essa idéia parte das dicotomias teóricas que estabeleceram limites e separações entre o 'imediato' e o 'histórico', entre a determinação 'política' e a 'econômica', o 'partido' e o 'sindicato'. Para este autor, essa discussão terminou por gerar um sem número de teorias do 'papel histórico do operariado' que se apoiavam na inevitabilidade de um colapso econômico do capitalismo, capaz de desencadear a 'revolução'. Tal idéia também alia-se ao pressuposto leninista de que os operários deixados a si mesmos podem apreender apenas atividades sindicais imediatas. O autor parte desse pressuposto também para chamar a atenção de como a história do movimento operário tem sido apenas a história dos trabalhadores organizados.

1945, os estudos sobre o sindicalismo vêm chamando a atenção, como tentamos demonstrar, para os aspectos da estrutura sindical. Com o golpe militar de primeiro de abril de 1964, a estrutura foi acionada de maneira mais rígida e os regulamentos fizeram com que os sindicatos cumprissem com o papel cada vez mais assistencial. Os decretos e intervenções do Ministério do Trabalho garantiram o cumprimento desta obrigação. O imposto sindical foi vinculado à assistência³². Mas, os vínculos entre os sindicatos e a assistência são anteriores à montagem de todo esse aparato.

Todo o processo de intervenção e castração das relações democráticas, iniciada em 1964, só começou a ruir com os protestos do final da década de 1970, no entanto, a estrutura sindical permaneceu com algumas alterações com o passar dos anos. Assim, esta é tida, em grande parte, como a responsável pela existência dos serviços assistenciais, quando este não é o caso.

A nova postura do movimento sindical foi denominada de ‘novo sindicalismo’. Este defendia a bandeira da democracia na sua organização interna e também para a sociedade, garantindo legitimidade para uma ação combativa, onde as greves foram o seu melhor exemplo.

Então, a conduta assistencial está associada à ausência de barganha na ação desses sindicatos; a falta de representatividade dos interesses da base pelos interventores ou pelos dirigentes tidos como mais moderados, e aí são comumente chamados de ‘pelegos’, são colocados em um mesmo plano e servem de afirmação ao ‘novo sindicalismo’ que se define de forma oposta.

A desqualificação das práticas assistenciais, *a priori*, tem dificultado a apreensão dos fatos, pois a discussão caminha em direção a um debate onde se afirma ser a assistência um ‘desvio’ das finalidades da entidade sindical e a ação devendo ser política, no sentido de privilegiar o confronto. Existe assim uma divisão entre os que prestam e os que não prestam assistência. Os sindicatos assistenciais foram/são tidos como menos representativos dos interesses dos associados. Há um embate político-ideológico presente no cotidiano sindical e

³² “Através do decreto-lei n.º 2.377 de 8 de julho de 1940, que se deu a regulamentação do chamado Imposto Sindical (hoje denominado Contribuição Sindical). Aliás o parágrafo único do artigo 38 do decreto 1.402 já previa que, tanto o modo de determinação da taxa das contribuições, quanto o processo de pagamento e cobranças delas seriam estabelecidos em regulamento especial. E, assim, fixando que todos os indivíduos pertencentes a uma categoria profissional deviam ter um dia de salário descontado anualmente, criou um substancial fundo para o sindicato, garantindo, dessa maneira, sua sobrevivência enquanto organização sindical. Entretanto, estabeleceu um rígido controle de sua utilização que, por lei, só podia ser feita em serviços de caráter assistencial: agências de colaboração, assistência à maternidade, médica, dentária e judiciária, escolas de alfabetização ou pré-vocacionais, cooperativas de consumo ou de crédito, colônias de férias, bibliotecas e finalidades esportivas” (Martins, 1979, p. 63-64).

na discussão da Sociologia do Trabalho que tem reproduzido esses discursos em forma dicotômica.

Humphrey (1979), por exemplo, afirmou o seguinte sobre o assistencialismo: “Os trabalhadores (...) querem um sindicalismo assistencial (...) mas porque não têm consciência de classe. Sobre a ideologia do atraso, ela não existe, o que existe é a falta da consciência provocada pela má penetração nas fábricas por parte dos sindicatos”. Mas em 1982 afirmou que foi por meio da assistência que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo iniciou o processo de conquista da confiança dos operários, aliando a reivindicação, inclusive, com a melhora dos serviços assistenciais (cf. Humphrey, 1982, p. 130-131).

Segundo Fortes (1998), o debate especializado tem reproduzido a afirmação de que a estrutura sindical foi imposta de cima para baixo sem resistência. Dessa forma, o autor chama atenção para o fato dessas interpretações terem sido pensadas como se as ações de regulamentação que resultaram na estrutura sindical houvessem sido planejadas por um grupo, numa espécie de conspiração, de maneira retilínea e sem resistência dos trabalhadores. Segundo o autor:

O processo de intervenção estatal nos rumos do sindicalismo confrontou-se com uma longa tradição de organização operária. Apesar das debilidades identificáveis nesta tradição, seria necessário negar qualquer agência histórica aos trabalhadores para se imaginar que uma instituição totalmente desvinculada do que fora por eles definido como funções de uma organização operária poderia legitimar-se e mesmo conquistar sua adesão ativa, como em muitos momentos veio a se verificar com os sindicatos oficiais (Fortes, 1998, p. 04).

Portanto, Fortes, no seu estudo de caso com dois sindicatos – Padeiros e Metalúrgicos do Rio Grande do Sul –, tenta mostrar que o vínculo com a assistência foi anterior às regulamentações por parte do Estado na década de 1930, e vem mesmo do início do século com o chamado mutualismo. Além do mais, a própria montagem da estrutura sindical e seu vínculo com a assistência se deveu também, como comprovou o autor, às necessidades pelas quais passavam o movimento operário no início do século, quando não havia previdência para a maioria dos trabalhadores e o país já dava mostras de sua industrialização.

No caso brasileiro, ao enfrentar esta problemática no período decisivo para a constituição e consolidação dos sindicatos com suas características institucionais atuais (meados dos anos 1930 a meados dos anos 1940), necessitamos lidar com um problema adicional. A ascendência demiúrgica do Estado sobre a questão social no pós-1930 tem obscurecido o tratamento desta problemática, ao reforçar a tendência a análises maniqueístas que contrapõe à idéia de um puro movimento pré-1930, reino da autonomia operária, a uma visão de que a instituição sindical pós-1930 teria

um caráter absolutamente heterônomo. Reduzido a ser uma extensão do aparelho estatal, o sindicato oficial nem sequer poderia ser analisado do mesmo modo que as ‘verdadeiras’ organizações do movimento operário (Fortes, 1998, p. 07).

Nos textos observados aqui, todos os que criticaram a assistência a associaram ao imposto sindical e à estrutura sindical, mas também optaram e cobraram, claramente, uma ação de sindicato reivindicativo, por vezes lembrando dos anarquistas do início do século como um modelo ideal.

A assistência tem sido vista como algo ‘primitivo’, ‘infantil’ ou ‘menor’. Faz-se necessário um esforço para entendê-la fora de qualquer modelo pré-concebido. Fortes (1998), citando um sociólogo italiano, faz a seguinte observação:

A concepção contemporânea de sindicato reivindicativo seria o resultado de um conflito entre modelos distintos de organização sindical ocorrido na década de 1890, contrapondo experiências das Bolsas de Trabalho (de grande peso na França, Bélgica e Itália) e a tradição dos sindicalismos alemão e inglês (Ferraris *Apud* Fortes, 1998, p. 05).

O resultado disso foi a derrota da experiência gestionária das Bolsas de Trabalho e outras formas de combinação “mutualidade/resistência”. Esse fato teria proporcionado a estatização da mutualidade. Esse fato revelou, ainda segundo o autor,

O limite do sindicalismo de ação direta (herdeiro da tradição mutualista-horizontal), cuja negação da política institucional entrava em choque com a experiência das próprias massas, que sustentavam crescentemente a necessidade da intervenção estatal pela via da legislação trabalhista (Fortes, 1998, p. 06).

Cabe a esse trabalho procurar o entendimento da assistência entendendo as ambigüidades e contradições do movimento operário, pois não se trata de um caminho pré-concebido ou retilíneo. Dessa forma, entende-se aqui o papel dos homens como agentes de seus destinos, como sujeitos de suas histórias agindo e reagindo com as várias estruturas.

O que ficou demonstrado acima foi que boa parte da Sociologia do Trabalho nos anos 1980 e 1990 trabalhou com uma idéia de que o movimento sindical tinha um ‘destino’ a perseguir e, em cima disso, acreditou-se que a assistência tinha sido um ‘desvio’ do suposto ‘papel dos sindicatos’ ou dos ‘operários’. Cabe destacar o papel desempenhado por essa literatura, no sentido de querer uniformizar a compreensão do sindicalismo e desejar outro caminho diferente daquilo que ele, de fato, vem trilhando.

Na década de 1990, Mattos fez um apanhado das publicações sobre o

‘novo sindicalismo’, incluindo a maior parte desses autores. O autor destaca em seu livro *Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955/1988)* a ausência de uma perspectiva que permitisse enxergar um agente histórico na maior parte dessa literatura citada acima.

Sua análise foi pautada na busca do entendimento das escolhas dos indivíduos no processo político, enquanto aqueles enfatizam uma leitura, pode-se dizer, institucional do processo histórico. Em decorrência disso, as escolhas dos agentes não são percebidas ou, o que é pior, são negadas.

Para Mattos,

Por volta de inícios dos anos 1960, no entanto, a permanência das amarras do sindicalismo oficial parecia ainda mais inquietante. Da constatação desta permanência derivavam duas conseqüências em termos de padrão de análise dos estudos então realizados. Uma primeira consistia na recuperação histórica do momento do início do século, em que sindicatos autônomos e trabalhadores combativos pareciam oferecer um contraste interessante para análises comparativas com o pós-1930. Já a segunda derivava da concessão de um privilégio analítico às relações entre composição da força de trabalho (do ponto de vista de uma estratificação econômico-social) e as atividades sindicais, na explicação das contradições e impasses do movimento sindical no chamado período populista (Mattos, 1998, p. 55-56).

Esta linha de pensamento norteou as análises acadêmicas nas décadas de 1960 e 1970, principalmente, chegando à década de 1980 e 1990 com um viés analítico que enfatizou e afirmou a concepção do ‘novo sindicalismo’ em oposição ao sindicalismo do pré-1964³³.

Interessante notar que alguns trabalhos antropológicos com relação à Terceira Idade têm revelado as queixas de antigos sindicalistas às novas lideranças, pelo desprezo que estes têm dado à estrutura assistencial construída por eles quando estavam à frente do sindicato.

³³ Santana (1999a, p. 140), citando Hobsbawm, revela as tensões presentes na construção da identidade do novo movimento no meio acadêmico. “A participação de destaque dos intelectuais na invenção de tradições, consolidando e/ou destituindo representações e práticas acerca do passado, já foi assinalado por Hobsbawm (1984, p. 21). Segundo ele, este processo utilizaria a história como legitimadora de ações e, enquanto cimento de coesão social, se tornando em ambos os aspectos, ela mesma, o próprio símbolo do conflito. A história que “se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento” corresponderia, em grande medida, “àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo”.

Os aposentados – particularmente os que poderíamos classificar como de extração ‘comunista’ ou ‘petebista’ pré-1964 – acusam os sindicalistas da ativa – particularmente os que classificaríamos como extração ‘cutista’ – de propagarem a falsa imagem de que os velinhos eram ‘todos pelegos’ e cristalizarem uma falsa oposição entre assistencialismo e participação (Simões, 1998, p. 23).

O depoimento de um deles, descrito por Simões (1998, p. 23), revela o conflito de gerações e a ruptura presente entre o ‘novo’ e o ‘velho’³⁴:

Eles [os dirigentes do sindicato] têm outra ótica do que é sindicalismo. Por exemplo, nossa sede é uma sede bonita, até rica mesmo; isso foi construído com recurso próprio do trabalhador. Não houve empréstimo de jeito nenhum. Essa turma acha que sindicalismo não é isso. Tem de começar tudo de baixo. Nós não concordamos. Foi uma coisa que nós construímos. Não existe esse assistencialismo que eles falam. Houve uma época em que não tinha nada... O INPS sempre foi ruim. O Inamps sempre foi ruim. Então nós pusemos laboratório, o gabinete dentário e tudo mais. Isso deve permanecer. Começam por aí as divergências entre o pessoal antigo, que é o aposentado, e o pessoal jovem.

Desta forma, o dilema dos sindicatos com o assistencialismo é um problema que merece ser estudado com atenção, pois trata-se de uma demanda que de fato existe e diz respeito a um problema da ausência de universalidade dos serviços de assistência à saúde por parte do Estado.

Cardoso (2003), baseado na pesquisa mensal de emprego de 1996 do IBGE, apontou os seguintes resultados sobre filiação em sindicatos. Os resultados foram os seguintes:

Tabela 1 - Razões para filiação a sindicatos em seis regiões metropolitanas: 1996.

Razões para a filiação	Proporção
Assistência médica	56,6
Assistência jurídica	58,8
Atividades esportivas/lazer	20,7
Participação política	17,1
N	13.714

³⁴ Sobre isso, ver o artigo de Morel & Pessanha (1991).

A idéia aqui não é discutir a pesquisa mensal de emprego do IBGE daquele ano, mas demonstrar como o tema ainda é atual e tem sido a razão de inúmeras filiações a organizações sindicais por parte dos trabalhadores. Na minha perspectiva, o tema ainda vem sendo observado com pouco cuidado.

Duas questões merecem atenção para quem estuda qualquer tipo de assistencialismo. O termo “assistencialismo” tornou-se um adjetivo pejorativo. Falta-lhe legitimidade, ele se tornou visível demais. Isto vale tanto para a literatura acadêmica que trata do assunto, quanto para as lideranças sindicais. O problema existe e todos sabem disso e o equívoco está exatamente neste ponto, todos pensam que sabem tudo sobre o assunto e, a partir daí, é forjada uma percepção enganosa de que o problema está resolvido, mas o que há é um falso ‘consenso’. Os diversos sentidos que lhe envolvem precisam ser capturados pela investigação. Isso remete ao papel do pesquisador de elaborar sua problemática de modo a desconstruir esta percepção.

O segundo ponto é paradoxal ao primeiro, os agentes envolvidos nas tramas políticas pesquisadas enxergam o problema de maneira ambígua, sejam eles as próprias lideranças sindicais ou os pesquisadores que se ocuparam de condená-lo. Isto indica uma manipulação dos sentidos do termo de acordo com o contexto político. Ora vêem o assistencialismo como um símbolo negativo (principalmente durante os anos 1980), ora o enxergam como positivo (anos 1990).

A sugestão para compreensão do tema, dentro da perspectiva de classe e que permite olhar as estratégias sindicais de maneira menos determinista, seria utilizando a concepção de classe de Edward Thompson. Segundo este autor:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (...) a classe é uma relação, e não uma coisa (...) ‘ela’ não existe, nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste (...) Evidentemente, a questão é como o indivíduo veio a ocupar esse ‘papel social’ e como a organização específica (com seus direitos de propriedade e estrutura de autoridade) aí chegou. Estas são questões históricas. Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições.

A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição (1987, p. 09-14)³⁵.

Referências

- ALMEIDA, M. Hermínia T. de. (1975). “O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”, *Debate & Crítica*, nº 6: 49-74.
- _____. (1981). “Tendências Recentes da Negociação Coletiva no Brasil”, *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 24 (2):161-89.
- _____. (1984). “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”, in Almeida, M. & Sorj, B. (Org), *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: 2ª edição. Brasiliense, p: 191-214.
- ALVIM, Rosilene. (1997). *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia.
- ANTUNES, Ricardo. (1995), *O Novo Sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. & NOGUEIRA, Arnaldo. (1981). *O Que São Comissões de Fábrica*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1995). “Dimensões da crise contemporânea do sindicalismo: impasses e desafios”, in *Adens ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, p. 57-72.
- _____. (1992). *A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Campinas: Edunicamp.
- _____. (1988). *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil (um estudo sobre consciência de classe: da revolução de 30 à Aliança Nacional Libertadora)*. São Paulo: Cortez.
- BEYNON, H. (1995a). “A destruição da classe operária inglesa?”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27; 5-17.
- BLASS, L. M. da Silva. (1999). “Novo sindicalismo: Persistência e descontinuidade”, in Iram Jácome Rodrigues. (Org) *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes.

³⁵ Grifos meus. Para Hobsbawm (1987, p. 274), “as classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar”. Beynon (1995a, p. 06), ao discutir os conflitos da classe operária inglesa nos anos 1990 afirma: “torna-se viável pensar a classe operária inglesa nos moldes da ‘Longa Revolução’ que Raymond Williams descreveu de modo tão eloqüente – um processo em que os padrões industriais e tecnológicos mudam, mas os valores e as crenças permanecem e até se desenvolvem em virtude da continuidade de práticas culturais e formas institucionais de vida adaptadas às novas condições. Dentro desse raciocínio, a classe operária inglesa não teria se ‘formado’ em 1832, conforme uma certa leitura de Edward Thompson poderia levar a crer; na realidade, ela teria passado, e continuaria passando, por um processo de permanente fazer-se e refazer-se, tomando como referência, a cada momento, as instituições e valores já estabelecidos”.

- BOITO, Armando Jr. (1991a). *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- _____. (1991b). “Reforma e persistência da estrutura sindical”, in: A Boito Jr. (org), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 43-91.
- CASTORIADES, C. (1985). ‘Introdução: a questão da história do movimento operário’, in *A Experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense.
- DEBERT, Guita Grin. (1998). “A antropologia e os estudos dos grupos e das categorias de idade” in: Myrian M. Lins de Barros (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas ed. p. 49-68.
- ERICKSON, K. Paul. (1979). *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- FORTES, Alexandre. (1998). Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. UNICAMP, (mimeo).
- FÜCHTNER, Hans. (1980). *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GOMES, A. Castro. (1992). *Trabalho e previdência: sessenta anos em debate*. Rio de Janeiro: CPDOC.
- _____. (1988). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais.
- HOBSBAWM, Eric. (1981). *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1987). *Mundos do trabalho*. 2ª ed, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____. (1998). “E. P. Thompson” in A. L. Negro & Sérgio Silva (orgs), *Textos didáticos: E. P. Thompson*. Campinas: n° 10, vol 2.
- HUMPREY, John. (1979). “Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências no movimento trabalhista”, *CEBRAP*, 23: 81-163.
- _____. (1982). “Fazendo o “milagre”: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes/São Paulo: CEBRAP.
- LEITE LOPES, J. Sérgio L. (1988). *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Marco zero, UNB, MCT/CNPq. São Paulo: p. 07-91.
- MANGABEIRA, Wilma. (1993). *Os Dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MARTINS, Heloísa H.T de S. (1979). *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo: HUCITEC.
- MATOS, Marcelo B. (1996). “Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro”. Orientador: Angela de Castro Gomes. Niterói: UFF. Tese de doutoramento (Doutorado em História).
- MORAES, Evaristo de (1978). *O problema do sindicato único no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa Ômega.
- MORAIS, Jorge V. de. (1993a). “Assistencialismo, ‘burocracia’ e novo sindicalismo, 1978-1989”, *Caderno CRH*, 19:58-78.
- MOREL, Regina & PESSANHA, Elina. (1991). “Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos no Rio de Janeiro”. in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 17. Out/91. ANPOCS/ Relume Dumará, São Paulo.

- _____. & MANGABEIRA, W. (1994). “‘Velho’ e ‘novo’ sindicalismo e uso da justiça do trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da companhia siderúrgica nacional”. *DADOS*, nº 37, vol 1. IUPERJ, Rio de Janeiro.
- MOISÉS, J. Álvaro. (1980). Qual é a estratégia do novo sindicalismo?. Reunião do Grupo de Trabalho de Movimentos Laborais, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), México. (mimeo).
- PEIXOTO, Clarice. (1998). “Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade...” in. Myrian M. Lins de Barros (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas ed., p. 69-84.
- RAMALHO, J. Ricardo. (1989). *O Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1999). Trabalho e sindicato em tempo de reestruturação produtiva. (mimeo).
- REZENDE, Antônio P. (1982). “Aspectos do movimento operário em Pernambuco: 1914-1920”, in *Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*, nº 02, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- _____. (1981). “A classe operária em Pernambuco: cooptação e resistência (1900/1922). Tese de Mestrado. UNICAMP.
- RODRIGUES, Leôncio M. (1981a). “O PCB: dirigentes e a organização”, in B. Fausto.(org). *História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e política-1930-1964*. São Paulo: DIFEL, p 129-38, p 508-60.
- _____. (1981b). “Sindicalismo e classe operária 1930-1964”, in B. Fausto (org). *História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e política-1930-1964*. São Paulo: DIFEL, p 129-38, p 508-60.
- _____. (1991). “As tendências políticas na formação das centrais sindicais”, in A. Boito Jr. (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 11-42.
- _____. (1966). *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: DIFEL.
- RODRIGUES, J. Albertino. (1968). *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL.
- RODRIGUES, Iram Jácome. (1990). *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. Rio de Janeiro: FASE/São Paulo: Cortez.
- _____. (1991). “As comissões de empresa e o movimento sindical”, in A. Boito Jr. (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.137-70.
- SAES, Décio. (1981). “Classe média e política no Brasil”, in B. Fausto (org). *História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e política-1930-1964*. São Paulo: DIFEL, p 447 - 507.
- SANTANA, Marco Aurélio. (1999a). “Política e história em disputa: o ‘novo sindicalismo’ e a idéia da ruptura com o passado”, in Iram Jácome Rodrigues (Org). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1999b). Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, Nº 41, Vol. 14, São Paulo: outubro de 1999.
- SILVA, Sérgio. (1998). “Thompson, Marx, os marxistas e os outros”, in A. L. Negro & Sérgio Silva (orgs), *Textos didáticos: E. P. Thompson*. Campinas: nº 10, vol 2.
- SIMÕES, Júlio A. (1998). “A maior categoria do país: o aposentado como ator político” in. Myrian M. Lins de Barros (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas ed., p. 07-34.

- STUCCHI, Deborah. (1998). "O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria" in. Myrian M. Lins de Barros (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas ed., p.35-46.
- THOMPSON, E.P. (1987). *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed. p. 9-14.
- _____. (1987). *A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed.
- VIANNA, L. Werneck. (1976). *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1983). "A classe operária e a abertura". São Paulo: CEFIRA.
- WEFFORT, Francisco C. (1972). *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*. São Paulo: CEBRAP (mimeo).
- _____. (1980). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra.
- WERNER, H. Pignatari. (1981). *Raízes do movimento operário em Osasco*. São Paulo- SP: Cortez Editora.

RESUMO

Pelegos, puros e modernizadores: reflexões acerca do termo assistencialismo no movimento sindical brasileiro

Este estudo tenta entender algumas análises sobre o sindicalismo brasileiro feitas por alguns estudos clássicos da Sociologia do Trabalho entre as décadas de 1960 e 1990, que vincularam o assistencialismo à estrutura sindical brasileira. A importância dessa discussão deve-se ao fato de que os estudos analisados aqui se tornaram referência na construção teórica do que se convencionou chamar de ‘novo sindicalismo’.

Palavras chaves: sindicalismo; assistencialismo; estrutura sindical

ABSTRACT

Pelegos, purists and modernizers: reflections regarding the term assistentialism in the Brazilian trade union movement

This study attempts to understand some analyses by classic labor sociology studies of Brazilian trade unionism between the 1960's and 1990's, which relate assistencialism to Brazilian trade union structure. The importance of this discussion is due to the fact that the studies which are analyzed here have become a reference for the theoretical construction of which is conventionally called ‘new syndicalism’.

Keywords: trade unionism; assistencialism; trade union structure

Recebido para apreciação: junho de 2005

Aprovado para publicação: agosto de 2005